



A ATTAC. UM MOVIMENTO SOCIAL TRANSNACIONAL?

SANTIANE ARIAS

Professora Adjunta de Ciência Política do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas. Doutora em Ciência Política pela UNICAMP.

RESUMO: No fim dos anos 1990, surgiram em diversos países sedes dos encontros das organizações internacionais manifestações de oposição à financeirização da economia e das políticas neoliberais, resultando no início de um novo movimento autodenominado altermundialista. Das marchas de protestos cada vez mais constantes nasceu o projeto do Fórum Social Mundial (2001). O altermundialismo foi apresentado por grande parte da literatura como um movimento novo, plural, não-hierárquico, transnacional, transclassista e pós-material. A proposta deste artigo é problematizar essas teses, redimensionando-as a partir da análise do caso da ATTAC (Associação pela Tributação das Transações Financeiras para o Apoio aos Cidadãos), uma das entidades mais implicadas e identificadas com o movimento. Para tanto, buscou-se aqui pensar de maneira articulada o programa político da associação; sua composição e forma de organização à luz das transformações em curso com o avanço do neoliberalismo. Sem perder de vista a importância da confluência altermundialista na legibilidade do processo de constituição e atuação da ATTAC, a análise detida do seu caso colocou em evidência: a) a forte homogeneidade social da associação; b) a relação com estruturas organizacionais “tradicionais”, como o sindicato; c) a dinâmica interna contrastando inúmeras vezes com o discurso da horizontalidade; d) a importância da reconfiguração das relações laborais na mobilização dos seus integrantes; e) a forte base nacional da sua atuação.

PALAVRAS-CHAVE: altermundialismo, neoliberalismo, movimentos sociais transnacionais.

ATTAC: A TRANSNATIONAL SOCIAL MOVEMENT?

ABSTRACT: At the end of the 1990s, manifestations of opposition to the financialisation of the economy and neoliberal policies emerged in several host countries of international organisations, resulting in the beginning of a new movement self-named alterglobalism (from the French "altermondialisation"). The World Social Forum (2001) project was born from these increasingly and continuous manifestations and protests. The altermondialisation movement was presented by much of the literature as a new, plural, non-hierarchical, transnational, transclassist and post-material movement. This article proposes to problematise these features through the analysis of the case of the ATTAC (Association for the Taxation of Financial Transactions for the Support to Citizens), one of the entities most involved and identified with the movement. To this end, this paper investigates in an articulated way the association's political program; its composition and form of organization in the light of the ongoing transformations with the advance of neoliberalism. Without losing sight of the importance of the altermundialiste confluence in the legibility of the ATTAC constitution and performance process, the analysis of its case puts in evidence: a) the strong social homogeneity of the



association; b) the relationship with "traditional" organizational structures, such as the trade union; c) the dynamics of the internal structure, which very often contrasts with the discourse of horizontality; d) the importance of reconfiguring labour relations in the mobilisation of its members; e) the strong national base of its performance.

KEYWORDS: altermundialisation, neoliberalism, transnational social movements

1. Do editorial do Monde Diplomatique à adesão à taxa Tobin

A Association pour la Taxation des Transactions Financières pour l'Aide aux Citoyens, a ATTAC, foi fundada em 1998, na França. O seu projeto nasceu de um editorial escrito por Ignácio Ramonet, em dezembro de 1997, no jornal *Le Monde Diplomatique*. No artigo, Ramonet conclui: "por que não criar, em escala planetária, uma organização não governamental em defesa da taxa Tobin?" Essa simples pergunta recebeu à época milhares de respostas. O debate caiu em solo tão fértil que, ainda no início de 1998, foi realizada assembleia na qual foi lançada a plataforma e o estatuto da ATTAC. Em apenas um ano, houveram 10 mil adesões; quatro anos mais tarde a associação contava com algo em torno de 30 mil membros.

A taxa funcionaria como um "imposto mundial de solidariedade" a ser cobrado sobre a movimentação do capital no mercado financeiro (RAMONET, 1997). O dinheiro arrecadado deveria servir para financiar políticas de recuperação econômica e medidas contra a pobreza, bem como ações emergenciais de "interesse coletivo em escala mundial" (CHESNAIS, 1999). O valor do imposto varia entre 1% a 0,1%, segundo as diferentes propostas; a porcentagem é mínima, mas considerado o volume das transações o montante arrecadado é significativo. Dados da associação estimavam uma arrecadação de 100 bilhões de dólares anuais, sendo o imposto fixado em termos mais baixos de 0,05% (ATTAC, 2002), enquanto que a soma gerada por uma taxa fixada em 0,1% seria suficiente para erradicar a pobreza extrema no mundo (ATTAC, 1998).

É interessante e importante observar que a criação de um tributo sobre as transações financeiras é, no entanto, um projeto anterior à ATTAC e ao artigo de Ramonet. Em 1978, James Tobin, professor na Universidade de Yale, Estados Unidos, publicou um artigo no qual propunha a criação de uma taxa a ser cobrada



sobre as transações de câmbio. As suas primeiras indicações sobre o tema são, todavia, ainda mais antigas, datando do ano de 1972, um pouco depois da dissolução do sistema de taxas de câmbio fixas, criado pelo tratado de Bretton Woods. Em 1981, o professor Tobin ganhou o prêmio Nobel de economia (CHESNAIS, 1999). O seu trabalho, contudo, pouco repercutiu fora do meio acadêmico até o surgimento da ATTAC, que fez da taxa Tobin uma bandeira presente nas manifestações de protesto ocorridas, sobretudo, na Europa, ao longo dos anos 2000¹. O apoio à criação do tributo foi tal que uma petição lançada pela associação, ainda nos seus primeiros meses de vida, foi entregue à Assembleia Nacional Francesa com mais de 110 mil assinaturas.

Curioso. O que acontecera no espaço de aproximadamente vinte anos que fez com que tal projeto pudesse assumir tamanha visibilidade e força política? O que fizera uma campanha aparentemente tão abstrata, como a taxação das transações financeiras, assumir tamanho apelo militante? Tais questões tornam-se ainda mais pertinentes e atraentes quando confrontadas com todo um debate na literatura sobre ação coletiva acerca da mudança na construção de solidariedades na sociedade atual – pensamos aqui no papel destacado atribuído à identidade cultural, à ação local e às demandas pós-materiais na constituição dos assim chamados *novos movimentos sociais*.

Nesse sentido, uma análise do processo de constituição da ATTAC, considerada um dos ícones desse “novo fazer político”, ajuda-nos a ponderar sobre as mudanças que de fato ocorreram, redimensionando as afirmações supracitadas². Criada em Paris, a ATTAC ultrapassou os limites da região logo no primeiro ano de existência, conhecendo notoriedade internacional com a manifestação de Gênova, realizada durante o encontro do grupo dos sete países mais ricos e a Rússia (G-8), em 2001. Considerada uma das principais organizadoras do evento que contou com aproximadamente 200 mil pessoas, a ATTAC se estendeu rapidamente pela Europa.

¹ No editorial de Ramonet o nome de Tobin estava incluso na sigla ATTAC. Na plataforma da associação o nome do economista foi substituído por Transações, isto porque Tobin, ao ser procurado por Bernard Cassen, presidente da ATTAC na ocasião, teria declarado que os seus objetivos não coincidiam exatamente com os da associação e que “nunca tivera pretensões revolucionárias” (ATTAC, 2002).

² Um dos slogans da associação é justamente “fazer política de outra forma”.



Em 2005, ela atuava em 50 países, enquanto que somente na França funcionavam 215 Comitês Locais (CL)³. O seu projeto, contudo, nunca privilegiou a ação local, de modo que o CL não estava previsto de início no estatuto, não possuindo, assim, nenhuma ingerência na política da associação.

2. Da elaboração do estatuto na França aos arranjos internacionais da ATTAC

Segundo o estatuto, a ATTAC é uma associação regida pela lei 1901. Esta lei, aprovada no primeiro de julho de 1901, regulamenta a vida associativa na França, outrora gerida pelo código penal que declarava ilícita qualquer associação com mais de vinte pessoas. O seu primeiro parágrafo define-a: “é associação uma convenção pela qual duas ou várias pessoas põem em comum, de forma permanente, os seus conhecimentos ou atividades num objetivo outro que não o de distribuir entre si os lucros”⁴. Ao ponto indicado, a ATTAC acrescenta uma particularidade: ela é formada por pessoas físicas e jurídicas, o que significou, em mais de um momento, atritos em torno da representação interna. Ainda de acordo com o estatuto, a associação objetiva produzir, informar e promover ações que permitam aos “cidadãos a reconquista do poder exercido atualmente pela esfera financeira em todos os níveis da vida política, econômica, social e cultural”⁵. Para tanto, encontra-se em destaque nos documentos de fundação: a criação da taxa Tobin.

Entre as pessoas físicas e jurídicas existem duas categorias de membros, quais sejam, os fundadores e os filiados. Os primeiros são aqueles que participaram diretamente da criação da ATTAC, os segundos aderiram posteriormente à plataforma. Ambos, fundadores e filiados, estão submetidos a uma cotização cujo valor é fixado pela Assembleia Geral⁶.

³ O número de ATTACs no mundo é hoje consideravelmente menor. Cf. <https://france.attac.org/attac/attac-dans-le-monde/>.

⁴ Cf. a lei 1901 no sítio <http://www.associations.gouv.fr/la-loi-du-1er-juillet-1901-et-la-liberte-d-association.html>

⁵ Cf. o estatuto e a plataforma da ATTAC no sítio <http://www.france.attac.org>

⁶ Conformam a estrutura da associação: a) um Conselho de Administrativo (C.A); b) um Bureau; c) um Colégio de Fundadores (C.F); d) um Conselho Científico (C.C); e) os Comitês Locais. A Assembleia Geral (A.G) elege a cada três anos parte do Conselho Administrativo (C.A). Durante os



Uma das instâncias mais peculiar da associação é o Conselho Científico (C.C). Formado em sua maioria por pesquisadores das ciências humanas, muitos dos quais economistas, o conselho é o encarregado de desenvolver trabalhos e análises relevantes para atuação política da associação através da formação de grupos temáticos, plenárias e participações eventuais nos Comitês Locais. De acordo com o estatuto, o C.C é “a garantia do rigor científico dos estudos produzidos e difundidos pela a ATTAC” (ATTAC, 1998).

Essa é a estrutura da organização francesa. Mas, no site internacional da associação lemos (2011): “hoje a ATTAC é uma rede presente em numerosos países trabalhando sobre temas diversos: a organização mundial do comércio; a dívida; a taxação das transações financeiras; os paraísos fiscais; os serviços públicos; a água e as zonas de livre-comércio [...]”⁷.

De fato, a organização transpôs as fronteiras da França e provavelmente esse tenha sido seu projeto inicial, já que a plataforma internacional (praticamente idêntica à francesa) data do mesmo ano de fundação da associação.

De acordo com o discurso oficial, as ATTACs do mundo funcionam de forma autônoma e não hierárquica – cada comitê local pode realizar reuniões, conferências, discutir e elaborar seus documentos, obedecendo às necessidades e realidades próprias. Existe, contudo, uma proposta aglutinadora e alguns princípios que devem orientar um coletivo como este; é o que atesta o seu presidente de honra, Bernard Cassen (2005).

A ATTAC enquanto fenômeno de massa é basicamente um advento europeu, sendo a França, a Alemanha e a Bélgica países em que sua atuação é destacada. No Brasil, após uma série de palestras de Cassen, em 1999, formaram-se comitês da associação em Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Ocorre que a ATTAC/Brasil, tendo sido criada logo após a francesa, teve

primeiros 10 anos de existência o Conselho Administrativo era composto por 30 pessoas (18 provenientes do grupo de fundadores e indicados por estes e 12 filiados, eleitos diretamente na AG). Não apenas a maioria dos assentos pertencia aos fundadores, como o presidente, embora designado pelo CA, deveria pertencer ao Colégio de Fundadores. Essa disparidade gerou conflitos internos que resultou na mudança do estatuto em 2009. Hoje o C.A é composto por 60% de filiados e 40% de fundadores.

⁷ Cf. o site internacional: <http://www.attac.org>

vida curta. E apesar de agenciar desde o seu início universitários, intelectuais e políticos de esquerda, ao contrário da França, não contou com uma adesão significativa, tendo pouca expressão política.

A concretização do projeto ATTAC fora do território francês implicou na estruturação das relações internacionais entre as associações. Assim, em março de 2000, ocorreu em Paris o primeiro encontro das ATTACs da Europa, no qual compareceram dezesseis países. A aproximação entre essas associações foi planejada com esmero, uma vez que a União Europeia (UE) é um tema central para todas elas.

Nesse sentido, ocorreu também a primeira Universidade de Verão em âmbito europeu, na cidade de Saarbrücken, Alemanha, em 2008⁸. Na ocasião o programa do encontro conclamava: “Outra Europa para outro Mundo!”. O principal objetivo da Universidade de Verão/2008 era: “reforçar a rede europeia da ATTAC”, obtendo “resultados concretos, como enunciados políticos e campanhas comuns” (ATTAC, 2008, p. 2), isto é, a construção de uma pauta conjunta. A questão capaz de mobilizar os esforços dos atacantes nesse sentido era o funcionamento da UE:

De um lado, nós queremos nos ocupar do espectro completo dos temas da ATTAC, de outro, nós desejamos abrir um espaço de discussão concentrando-se sobre a Europa (a Constituição europeia, a democratização da Europa e da economia, a Europa social, a Europa no mundo) (ATTAC, 2008, p. 2).

Assim como o surgimento da associação em outros países, o crescimento nacional, sobretudo no caso francês – algo em torno de cinco mil adesões a cada seis meses entre o primeiro e o segundo ano de existência –, colocou em pauta a estrutura da organização (WINTREBERT, 2007). A rápida expansão pôs em cena os grupos locais, que mesmo não contemplados inicialmente nos documentos da ATTAC, não podiam mais ser ignorados. Deste modo, em dezembro de 2000 teve-se a primeira Conferência Nacional dos Comitês Locais (CNCL) que, desde então, se realiza a cada três anos (ATTAC, 2000).

⁸ A primeira Universidade de Verão ocorreu em La Ciotat, França (2000). Desde então, anualmente os militantes se reúnem durante quatro ou cinco dias em cursos de formação. A estrutura do evento é semelhante a um intensivo de férias, com palestras e conferências ao longo do dia.



3. Os fundadores e a articulação das associações de jornalistas e sindicatos

As causas e as consequências da associação entre determinadas organizações e entidades numa estrutura como a ATTAC não podem ser suficientemente exploradas a partir de uma análise exclusivamente interna.

Entre os membros fundadores encontramos: a) jornais e revistas, como Alternatives Économiques, Charlie Hebdo, Goliath, Le monde diplomatique, Pétition, Politique (Revue européenne), Politis, Témoignage Chrétien, Transversales/Science/Culture; b) associações especializadas em informação e síntese econômica, jurídica ou social, como CEDETIM, AITEC, CRID, FFMJC, Raisons d'Agir; c) sindicatos, como Fédération des Finances/CGT, UGICT-CGT, SNPTAS Equipement/CGT, FGTE-CFDT, a FSU enquanto central e seus sindicatos SNES, SNESup e SNUipp, o G10 como central e seu sindicato SUD-PTT, a Confédération Paysanne e a MODEF; d) associações representantes dos chamados "sem" – DAL, AC! Droits devant!!, MNCP, APEIS; e) outras organizações como Artisans du Monde, CADAC, Les Amis de la Terre, a Confédération Generale des Scop, ESCOOP, Réseaux Services Publics Européens e UFAL⁹.

Embora todos acima integrem o Colégio de Fundadores da associação, a participação e energia nela investida tiveram intensidade e caráter distintos. Por certo, o índice de engajamento dessas organizações não depende apenas da

⁹ Segue o nome por extenso e em português das siglas supracitadas: CEDETIM é o Centro Internacional de Técnicos, Experts e Pesquisadores; CRID é o Centro de Pesquisa e Informação sobre Desenvolvimento; FFMJC é a Federação Francesa das Casas de Juventude e Cultura; UGICT-CGT é a União Geral dos Engenheiros, Quadros e Técnicos; CGT é a Confederação Geral dos Trabalhadores; SNPTAS Equipamentos CGT é o Sindicato Nacional dos Técnicos Administrativos e do Serviço de Equipamento e Meio Ambiente do Ministério de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável (ligado à CGT); FGTE-CFDT é a Federação Geral dos Transportes e Equipamento; FSU é a Federação Sindical Unitária; SNES é o Sindicato Nacional do Ensino Secundário; SNESup é o Sindicato Nacional do Ensino Superior; SNUipp é o Sindicato Nacional Unificado dos Instrutores e Professores das Escolas; SUD-PTT é a Federação das atividades postais e telecomunicações (ligada à central Solidários Unitários Democráticos); MODEF é o Movimento em Defesa da Produção Familiar (também de caráter sindical); DAL é a associação pelo Direito à Moradia; AC! é a associação Agir junto contra o Desemprego; MNCP é Movimento Nacional dos Desempregados e Precários; APEIS é a Associação por Emprego, Informação e Solidariedade; Confédération générale

des SCOP é a Confederação Geral das Sociedades Cooperativas de Produção; ESCOOP é a associação de Economias Solidárias e Cooperativas. Como dissemos anteriormente, a ATTAC conta entre os membros fundadores com pessoas físicas, são elas: José Bové, Manu Chao, Jacques Cossart, René Dumont, Viviane Forrester, Susan George, Gisèle Halimi, Bernard Langlois, Daniel Mermet, Daniel Monteux, Jacques Nikonoff, René Passet, Ignacio Ramonet, Jacques Robin, Pierre Tartakoswky.



vontade, mas também de seu respaldo social e reconhecimento político, bem como o grau em que seus interesses próprios correspondem aos da ATTAC. Como bem lembrou Wintrebert (2007), muitos dos que responderam ao chamado do Monde Diplomatique ofereceram além de recursos humanos, doações materiais e financeiras. De modo que o projeto ATTAC recebeu de imediato algo em torno de 300 mil francos, sendo o maior donatário Les Amis du Monde Diplomatique (nota 11), seguido pelos sindicatos.

Para além da importância econômica, cabe destacar o papel ideológico do periódico. A relação estreita entre colaboradores do Monde Diplomatique e a ATTAC pode certamente ser constatada na troca humana e material, mas também na identificação da leitura sobre a realidade social; isto é, aquilo que Wintrebert (2007) denominou de “a constituição de um público favorável à causa defendida”:

O Monde Diplomatique teve um papel essencial no nascimento da ATTAC por ao menos duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, porque ele tinha já construído, entre seus leitores, um quadro de compreensão e uma leitura dos eventos econômicos, políticos e sociais que tornaram possível a emergência da organização. A segunda razão é que, para além deste trabalho sobre as representações sociais, o jornal contribuiu diretamente com o nascimento da associação (WINTREBERT, 2007, p. 14).

O Monde Diplomatique foi criado, em 1954, como suplemento mensal do jornal diário Le Monde, sendo destinado particularmente a temas de diplomacia e política internacional. A linha editorial do cotidiano e do mensário confluiu até 1970, quando, então, o segundo deu início a uma série de críticas às medidas liberalizantes do governo Margaret Thatcher. Em 1991, Ignacio Ramonet assumiu a direção do Monde Diplomatique, obtendo em 1996 a sua independência financeira – feito possível devido à doação de cinco milhões de francos de Gunter Holzmann¹⁰. O trecho a seguir evidencia a estreita relação entre a linha editorial do jornal e a plataforma da ATTAC:

¹⁰ Gunter Holzmann nasceu na Polônia e se destacou na luta contra o nazismo. Expulso da universidade por conta de uma lei antisemita exilou-se primeiro no Peru e depois na Bolívia, aproximando-se nos anos 1950 da causa indígena e ambiental. No texto de apresentação dos membros fundadores da ATTAC, a Associação Gunter Holzmann (AGH) aparece como a representante da equipe redacional de O Monde Diplomatique. Em 1996, a partir do suporte da AGH, foi criada uma associação mais ampla, “Os amigos do Monde Diplomatique”, que reuniu além dos jornalistas, um número de assinantes que integram o núcleo de acionistas.



A redação sempre deu um lugar importante à análise dos fatos econômicos, depositando até o fim dos anos 1960 uma confiança total nas instituições de Bretton Woods [...], a partir da metade dos anos 1970, certo número de artigos é dedicado à política de desregulamentação da economia iniciado nos Estados Unidos, depois na Grã-Bretanha, com a chegada ao poder de Margaret Thatcher [...] (SZCZEPANSKI-HULLERY para WINTREBERT, 2007, p. 15).

O editorial de Ramonet propondo a criação da ATTAC foi mais um artigo contra a hegemonia financeira na economia. Wintrebert (2007) afirma que de 1989 a 1997, ou seja, um ano antes da fundação da associação, foram publicados 4.670 artigos com temas correspondentes às principais reflexões da ATTAC, quais sejam: especulação financeira, multinacionais, mundialização, liberalismo econômico, dívida e instituições internacionais, como FMI, OMC, OCDE e o Banco Mundial. Em 1997, durante o debate entre O Financial Times e O Monde Diplomatique em torno da questão “É A mundialização inevitável?”, Ramonet enaltece o plano Marshall, traçando um paralelo entre a crise dos anos 1945-1950 e a Europa da atualidade, propondo a “retomada da economia pelo Estado” (WINTREBERT, 2007, p. 16). A retomada da economia pelo Estado, aliás, voltou ao centro do debate na associação com a crise econômica de 2008.

Le diplô, como ficou conhecido, sempre reuniu artigos de intelectuais e reconhecidos representantes dos movimentos social e sindical. Ao longo dos anos noventa foram publicados textos de Annick Coupé (SUD-PTT, G10), Christophe Aguiton (AC!, SUD-PTT), Pierre Tartakowsky (UGICT-CGT), François Chesnais, Susan George e René Passet – todos vieram compor a ATTAC, o último, aliás, foi presidente do seu Conselho Científico.

O pronto reconhecimento da associação na cena internacional não pode ser entendido sem a influência e o amplo contato desses intelectuais e líderes da militância política com seus pares em outros países. Lembrando também do crescimento das edições do jornal em língua estrangeira, algo em torno de 20 em 2003.

Esses fatores ajudam a entender a rede de empatia e solidariedade que se criou em torno do projeto ATTAC, bem como certo consenso no pensamento altermundialista em torno da crítica à mundialização neoliberal – os problemas econômicos e políticos derivados da hegemonia financeira e a importância da taxa



Tobin. Mas eles não explicam em profundidade o sucesso da ATTAC enquanto movimento de massa, fenômeno que, insistimos, ocorreu especialmente na Europa. Como Wintrebert (2007, p. 15) apropriadamente constatou, embora historicamente crítico, o mensário jamais tomou parte diretamente nas lutas sociais. De modo que, se ele assumiu a responsabilidade da criação da ATTAC foi devido à resposta amplamente favorável ao editorial de Ramonet. O que nos leva de volta à questão inicial: se os artigos do *Le Diplôme* criticavam o neoliberalismo desde a década de 1970, o que impulsionou a criação de uma organização como a ATTAC nos estertores dos anos 1990?

Talvez, uma resposta mais precisa possa ser delineada na apresentação de outro importante membro fundador¹¹.

Além da imprensa, uma organização tem papel destacado no desenvolvimento da ATTAC/França: entre os seus membros fundadores, quase a metade são de sindicatos; estes também ofereceram apoio material, financeiro e (importante!) filiados à associação. Somente a União Sindical Grupo dos Dez Solidários (G10 ou Solidários) contribuiu com cerca de 10 mil francos (DENIS, 2003).

A essa altura já entrevemos que a distância entre a ATTAC, símbolo do “novo fazer político” – título que, em geral, caracteriza a ruptura com organizações reivindicativas tradicionais, como os sindicatos – é, no mínimo, supervalorizada. É bem verdade que a aproximação entre a estrutura sindical e a associativa se deveu em parte às mudanças vivenciadas por ambas, tendo consequências na cena reivindicativa. Mas também é verdade que sem os sindicatos a ATTAC e, ousamos afirmar aqui, o altermundialismo na Europa, não teria a mesma faceta. Um levantamento do Fórum Social Europeu (FSE), de 2003, atestava que 24% de seus participantes com vínculo militante atuavam em sindicatos. Essa porcentagem só é menor que aquelas organizações declaradamente altermundialistas, com 40% (FILLIEULE e BLANCHARD, 2005).

¹¹ A estreita cooperação entre jornais e revistas não se deu apenas em função de suas afinidades ideológicas. Entre 2000 e 2006, o *Le Monde Diplomatique* foi o acionista majoritário do *Politis*, entrando 1999 também com parte do capital do *Transversales Science/Culture* (WINTREBERT, 2007).



O Movimento “por outra mundialização” reúne, sob uma palavra de ordem aglutinadora, simpatizantes de causas muito diversas. No topo do Fórum Social Europeu encontram-se as organizações altermundialistas propriamente ditas, como a ATTAC, 40% dos militantes aderem a uma dentre elas [...]. Depois os sindicatos, cujo lugar predominante reflete aqui a força de seu engajamento (...) (FILLIEULE e BLANCHARD, 2005, p. 161).

Segundo Jean-Michel Denis (2003), os sindicatos que realizaram esse movimento em direção à estrutura associativa em geral são do setor público, de orientação progressista, autônomos ou minoritários dentro das confederações nacionais. Exatamente as mesmas características daqueles que participaram da fundação da ATTAC.

A União do Grupo dos 10 Solidários é uma central que agrupa mais de trinta organizações sindicais, declarando 80 mil filiados situados amplamente no setor público. Presente com O Monde Diplomatique no processo de constituição da ATTAC, ela se encontra no Colégio de Fundadores da associação ao menos três vezes, isso porque dois de seus sindicatos, o SNUI e o SUD-PTT (nota 10) também o compõem.

O G10 e a Federação Sindical Unitária (FSU) são duas das organizações sindicais mais empenhadas no processo de aproximação com as forças associativas (DENIS, 2003). Considerado o maior sindicato de professores da França, a FSU é outro componente importante da ATTAC. Na apresentação dos membros fundadores da associação ela afirma ser a primeira organização sindical de funcionários do Estado, sendo igualmente a maior junto ao setor de Educação, Pesquisa e Cultura. Por não integrarem as confederações nacionais, ambas as centrais não são reconhecidas pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES). De modo que a estrutura associativa pode apresentar-se como alternativa no equilíbrio das relações de força. Segundo Denis (2003), outra característica comum à FSU e ao G10 é o fato de conectarem às demandas profissionais dos assalariados representados as questões sociais mais amplas. Assim, as reivindicações da categoria aparecem também como ato de defesa do serviço público, o qual estaria em risco face o avanço das políticas neoliberais.

(...) o essencial de suas reivindicações profissionais e interprofissionais deve-se ao liberalismo, fase atual do capitalismo, à dominação dos mercados financeiros e transnacionais, e a impregnação do discurso dominante marcado por ideólogos liberais (DENIS, 2003, p. 6).



4. O ataque à financeirização da economia e à privatização dos serviços públicos

Embora sujeito inúmeras vezes a interpretações caluniosas, o altermundialismo nunca foi um mero refém da grande imprensa, contando em suas fileiras com muitos intelectuais com acesso a diversos meios de comunicação e informação, participando, assim, ativamente da construção de sua própria imagem. Com efeito, muitos livros e artigos foram produzidos por militantes. Em geral, essa literatura acentuou a pluralidade, a horizontalidade e a transnacionalidade do movimento (AGUITON, 2002; KLEIN, 2002).

A multiplicidade imensurável de sujeitos e pautas manifesta nos encontros altermundialistas endossaria supostamente a tese de um “novo paradigma político”, em curso desde aproximadamente os anos 1980. Esse “novo paradigma político”, formado da crise dos Welfare-States, teria substituído um tipo específico de ação coletiva que enfatizava o crescimento econômico, a distribuição e a seguridade social (OFFE, 1985), por outro que colocava em evidência demandas e questões que supostamente atravessariam as barreiras de classe – como a luta contra a dominação e discriminação de gênero, raça e orientação sexual, a defesa da paz, meio ambiente e desenvolvimento sustentável (TOURAINÉ, 1989).

Todavia, a ATTAC assimilou algumas dessas questões de maneira bem particular. Com efeito, na medida em que a associação crescia e alcançava notoriedade pública, aumentava o número de temas em que ela era convidada a se posicionar. Essa demanda provocou um debate interno: ampliar ou circunscrever a ação? Segundo Cassen, a orientação era restringir-se à Plataforma (WINTREBERT, 2007). O neoliberalismo atinge a muitos, afirmou ele, mas a ATTAC não pode comparecer a todas as lutas. Se muitos sofrem os efeitos das políticas neoliberais e a ATTAC não se engaja em todas as frentes, quais batalhas ela elege e por quê? O relato a seguir é bem interessante e pode fornecer-nos algumas pistas neste sentido:

Isso quase me envergonha, com efeito, que de repente encontramos [os militantes da ATTAC] nos comitês de ação para as manifestações... em Seattle eu achei isso normal, mas [...] eu acho que isso não ajuda, ser constantemente associado a movimentos de extrema esquerda, é bobo, mas eles são malvistas pela maior parte das pessoas [...]. Eles teriam feito



melhor se focassem no aspecto econômico, e já é muito porque na sociedade, a exceção daqueles que estudaram economia, não conhecemos estritamente nada [...] eu acho bom existir uma associação que nos faça conhecer um pouco mais, explicar como melhorar as coisas e dizer que a economia não é uma fatalidade, que não seremos necessariamente todos engolidos por isso [...]. Quando militamos por alguma coisa nós temos necessariamente que nos embrenhar em todas as frentes, lutar por tudo? Eu não os vi nas manifestações dos sem-documentos, mas acho que não vai tardar e eu não vejo razão para isso. É bom denunciar, mas eu não sei se é útil se espalhar (entrevista do militante da ATTAC CL Paris 13 para WINTREBERT, 2007, p. 80).

Essa não é apenas a posição de um filiado isolado. Mesmo as organizações dos chamados “sem” (sem teto, sem documentos¹² e sem emprego), algumas das quais filiadas à ATTAC, conhecem as diferenças que se interpõem entre a sua luta e a associação.

Lancemos um rápido olhar sobre o processo de elaboração da plataforma, eixo em torno do qual aparecem as reivindicações da ATTAC:

Nos termos do texto inicial apresentado para a discussão por S. Halimi e B. Cassen, a noção de “capital” na “mundialização do capital financeiro” desaparece em proveito da “mundialização financeira”, a expressão “bem comum” torna-se “interesse geral”. Mas, sobretudo, é a relação entre “povos” e “Estados” que é modificada. No texto do jornal, as nações e os Estados são considerados como os “lugares pertinentes do exercício da democracia e garantia do bem comum” [...]. É assim que o segundo texto separa e hierarquiza a “escolha dos povos”, depois as “instituições democráticas”, e enfim os “Estados soberanos” [...]. O editorial de I. Ramonet evoca implicitamente uma oposição entre Estado supranacional (“Este Estado mundial é um poder sem sociedade”) e os Estados-nações (“garantia do bem comum”, onde a sociedade pode se exprimir). (WINTREBERT, 2007, p. 62).

Os temas privilegiados nos documentos e também no material produzido pelo Conselho Científico demonstram a centralidade da financeirização da economia e sua relação com a privatização dos serviços públicos. Esse debate nos indica a presença de organizações com leitura e demandas determinadas.

Certamente no desenvolvimento da pauta apareceram questões que não estavam previstas de início, mas o cuidado em situá-las dentro da crítica ao sistema financeiro e às contrarreformas neoliberais é uma constante.

¹² Imigrantes ilegais.



O conflito entre Israel e a Palestina, causa de muitos protestos liderados por imigrantes árabes na Europa, tampouco foi de início considerado problema pertinente ao campo de ação da ATTAC, apesar das declarações de apoio e solidariedade.

Houve, e há permanentemente uma pressão para nos ocuparmos de novos temas, que têm por vezes uma relação muito tênue com nossa plataforma. A Palestina, nós hesitamos durante um longo tempo [...]; foi preciso o 11 de setembro [...]. Nós nos esforçamos por colocar esses problemas numa lógica contra a mundialização liberal, mesmo se a ligação não é sempre evidente, isso existe ainda. E no documento da ATTAC, redigido por Alain Gresh, sobre a Palestina, fizemos bem a ligação, é um bom documento [...]. Mas nós temos feito com moderação (CASSEN para WINTREBERT, 2007, p. 116).

A União Europeia também é central, embora não consensual. Ela é importante na medida em que se configura como o espaço pertinente para promoção da taxa Tobin. Porém, o seu papel político e a arquitetura institucional ficaram, ao menos por um tempo, obscurecidos devido a clivagens internas entre “soberanistas” e “federalistas”

A UE foi sempre um ponto essencial para todo o movimento altermundialista na Europa. A pesquisa realizada por Éric Agrikoliansky e Dominique Cardon (2005, p. 49-50) durante o II Fórum Social Europeu, em 2003, atesta bem isso. O evento comportava cinco eixos através dos quais as mais variadas organizações poderiam inscrever suas atividades, são eles: 1) por uma Europa da paz e da justiça; 2) por uma Europa dos direitos, social e democrático; 3) por uma sociedade de justiça social, ecologicamente sustentável e pela soberania alimentar; 4) por uma Europa democrática da informação, da cultura e da educação; 5) por uma Europa acolhedora aos imigrantes. Esses pontos apareceram em geral articulados a três eixos, a saber: a crítica “à mercantilização”, “ao neoliberalismo” e “à lógica do lucro”.

O secretariado formado para a realização do II FSE, realizado na França, contou com a participação de Pierre Khalfa (Attac-G10), Sophie Zafari (FSU), Pierre Barge (Ligue des Droits de l’Homme), Annick Coupé (G10), Jean-Michel Joubier (CGT), Marc Mangenot (Fondation Copérnic) e Bernard Pinaud (CRID). Todas essas organizações citadas compunham a ATTAC (nota 10). Sobre as sínteses promovidas em cada eixo proposto no fórum, destacam Agrikoliansky e Cardon (2005, p. 56 e 57):



Para aqueles cujos representantes participam do primeiro círculo do secretariado da organização [...] uma abordagem direta aos relatores do grupo é suficiente. Para outros, a estratégia do número e da representatividade é primordial, é o caso dos ambientalistas (...). Para outros, enfim, a estratégia do escândalo parece o único recurso disponível. É o caso do MIB [*Mouvement de l'immigration et des banlieues*]¹³, cujos porta-vozes intervêm repetidamente de maneira muito viva ao CIF¹⁴ para reclamar maior consideração pelas reivindicações dos “bairros pobres”

Gobille e Uysal (2005) entrevistaram mais de duas mil pessoas presentes no mesmo encontro. O resultado da enquete indica uma grande afinidade política entre esses indivíduos e as organizações promotoras do fórum. Para os entrevistados, os principais problemas sociais eram: a desigualdade norte/sul (15%); o ataque aos serviços públicos (13%); o desemprego e a precariedade (9%); a discriminação por raça ou orientação sexual (5%); a desigualdade homens/mulheres (4%).

A ideia comum de que a questão de gênero foi amplamente tratada nos espaços altermundialistas não corresponde às queixas do movimento feminista sobre o Fórum Social Europeu (AGRIKOLIANSKY, 2005). Ela tampouco foi facilmente assimilada aos debates da ATTAC. De acordo com Wintrebert (2007), a inserção do tema na pauta nacional da associação foi marcada por grande disputa interna e brigas no Comitê Local/Paris 14 (Wintrebert, 2007, p. 119)¹⁵.

Para Gobille e Uysal (2005), a homogeneidade temática no FSE pode ser compreendida pelo peso desproporcional existente entre as organizações. E aqui estamos de acordo, mas não completamente, pois é difícil não perceber nessa coesão política traços da homogeneidade social apontada pelas próprias pesquisas. Se pensarmos então na ATTAC essa uniformidade é ainda maior.

Diante do exposto, podemos, ao menos por ora, intuir que em torno do projeto de taxaço das transações financeiras circundam questões, demandas e grupos social e historicamente determinados. E aqui nos aproximamos da resposta à

¹³ Movimento de Imigração e das Periferias.

¹⁴ Comitê responsável pela organização do Fórum Social Europeu.

¹⁵ Em 2006, Aurélie Trouvé foi eleita presidente da ATTAC. Ela, então uma jovem de 27 anos, exerceu presidência colegiada, ao lado de Jean-Marie Harribey, professor de economia da Universidade de Bordeaux IV, na época com 58 anos. Trouvé assumiu a função em meio a profunda crise da associação. A crise foi marcada por críticas ao controle exercido pelo colégio de fundadores, à estrutura hierárquica e pouco democrática até acusações de fraudes nas eleições internas. Cf. Arias, 2011.



pergunta inicial sobre as circunstâncias que permitiram a campanha de tributação do fluxo de capital assumir, então, tamanho engajamento.

A esse respeito, saber que o editorial de Ramonet e a criação da ATTAC ocorreram em plena crise do mercado financeiro asiático não nos parece irrelevante. A primeira frase de “Desarmem o mercado” – editorial que conclamava a criação da ATTAC – é: “O ciclone sobre as bolsas da Ásia ameaça o mundo inteiro” (RAMONET, 1997). A crise asiática não era apenas uma referência distante para a maioria da população francesa. E as críticas e palavras de ordem da ATTAC – “O mundo não é uma mercadoria!” “Vivemos sob a ditadura do mercado e sob o domínio das instituições internacionais financeiras!” – despertavam àqueles que a ela recorriam algo mais do que solidariedade aos povos de países distantes.

Os estudos de Agrikoliansky e Fillieule (2005) endossam essa tese, apesar de suas análises privilegiarem a trajetória e a dinâmica organizacional; e não, como propomos aqui, o surgimento da confluência altermundialista no quadro de avanço do neoliberalismo em escala global. Contestando a ideia amplamente aceita da absoluta novidade das organizações críticas à globalização em curso, os autores resgatam os movimentos que introduziram no espaço político hexagonal reivindicações centrais para o altermundialismo. Eles destacam especialmente o terceiro-mundismo. Essas organizações surgiram na França com o processo de descolonização e tinham, em geral, um discurso marcadamente anti-imperialista – é o caso, por exemplo, do CEDETIM (Centro de Estudos e Iniciativas de Solidariedade Internacional). O centro, criado após a guerra da Argélia, organizou a primeira manifestação francesa contra o G7, em 1989, vindo em 1998 a participar da fundação da ATTAC. Ainda segundo Agrikoliansky e Fillieule (2005), entre os anos 1980/1990 o terceiro-mundismo na Europa refluiu. Para os autores, esse refluxo está associado ao avanço de uma ação de vértice humanitária, pretensamente desideologizada, de ajuda aos países pobres. Mas, eis que a desigualdade Norte/Sul ressurgiu no novo século com uma abordagem mais próxima daquela promovida pelas organizações em prol da descolonização do terceiro-mundo; agora, porém, incorporada à crítica à mundialização neoliberal.



Parece-nos importante entender as razões da (re)politização das dessimetrias Norte/Sul no altermundialismo. Para tanto, insistimos: as crises econômicas e sociais na Ásia e na África não era mais somente um tema da sessão internacional dos jornais europeus. Um ano antes da criação da ATTAC, a França entrava no seu terceiro grande ciclo de privatizações. Após a indústria, seguida do setor financeiro, o alvo era, então, os serviços – até então substancialmente estatizado. Essa terceira fase que se estendeu até 2002 foi considerada a mais importante em termos de receitas. *Pari passu* à venda das telecomunicações e correios aprofunda-se os cortes orçamentários dos serviços sociais, as reformas do sistema previdenciário e das carreiras dos assalariados do setor.

Nesse momento, as manifestações de resistência à contra reforma no ensino e na saúde, o desemprego, a falta de moradia, a superexploração dos imigrantes, etc. vinculam esse processo às privatizações e às pressões da União Europeia, que estaria subordinada às “grandes empresas transnacionais” e ao “mercado financeiro”.

5. Manifestações antiglobalização e luta de classes?

Segundo Louis Chauvel (2002), os anos 1980/1990 recolocaram na ordem do dia na França o desemprego em massa, os gastos com moradia, alimentação e educação. Por suposto, esse quadro afeta a todos aqueles que contam com o salário para se manter. Todavia, o processo impactou de maneira singular algumas camadas e setores das classes médias¹⁶. Assim como todo assalariado, esse grupo perdeu, ao longo do período supracitado, em renda e conquistas sociais, entre as quais a estabilidade de emprego. Mas, perdeu também poder de decisão, influência e possibilidades de ascensão e distinção social (CHAUVEL, 2002, p. 65).

Isso diz algo sobre o altermundialismo europeu. É bem verdade que ATTAC não se apresenta como uma organização de classe ou de classes. Para os atacantes, ela é uma associação que agrega movimentos, entidades e indivíduos

¹⁶ Estudos mais recentes sobre o comportamento político das classes médias, bem como o impacto diferenciado do neoliberalismo nas suas diferentes camadas confluem no sentido desta análise. Cf. por exemplo Cavalcante (2015) e Estanque (2015).



pertencentes aos mais variados grupos sociais na luta contra o neoliberalismo. Este, sim, entendido como ideologia e política de uma fração particular da classe dominante, a saber, as finanças. O conceito foi desenvolvido pelo economista Gérard Duménil e o estatístico Dominique Lévi, membros do conselho de científico da ATTAC, e é hoje muito aceito pela associação, compondo alguns de seus documentos oficiais. Mesmo identificando o principal adversário numa “fração de classe” – proprietária das “grandes corporações transnacionais” organizadas sob a lógica do “sistema financeiro” – a ATTAC se define como uma associação de “cidadãos” (expressão presente em seu próprio nome).

De fato, entre os que assinam a sua plataforma e estatuto estão organizações de camponeses, operários e sem-teto. Um olhar mais atento sobre a associação, no entanto, revela-nos que a presença massiva do setor público das classes médias tem algo a dizer sobre a sua linha de interpretação e proposta de transformação – ambas fortemente marcadas pela visão de mundo de um grupo social fortalecido econômico, social e politicamente com o Estado de bem-estar social europeu e que conheceu com o avanço dos governos neoliberais um movimento contrário.

Assim, não é coincidência a presença destacada de determinadas organizações no interior da ATTAC. Pensemos aqui no Sindicato da Magistratura; no Sindicato dos Médicos Generalistas; na Federação dos Bancários; na Federação Sindical Unitária¹⁷; no Sindicato Nacional dos Professores; no Sindicato Nacional de Professores do Ensino Superior; na União Geral dos Engenheiros, Quadros e Técnicos da CGT etc.

Elise Cruzel (2004) analisando a trajetória militante dos atacantes dos Comitês de Gironde e de Haute-Garonne, identificou aí um percurso comum, como uma “carreira militante humanitária” – fruto de experiências comunitárias, notadamente religiosas. Segundo a autora, as entrevistas realizadas evidenciaram impressionantes regularidades biográficas que iluminam a forma de engajamento altermundialista. A proposta é interessante, mas não explica as razões de um percurso político tão semelhante. As entrevistas, todavia, nos oferecem ainda outros

¹⁷ Composto em grande medida por funcionários do Estado.



dados que podem nos interessar – referimo-nos aqui particularmente à ocupação dos entrevistados, entre as quais: engenheiros, gestor de empresa, aposentados, assistentes sociais, desenhista gráfico, professores e bibliotecários.

Se as variáveis ‘clássicas’ tais como sexo, idade ou localização geográfica parecem pouco operacionais, encontramos frequentemente pessoas que dispõem de tempo (então normalmente aposentados, estudantes ou professores) e que têm um capital escolar e cultural muito elevado. Esse diagnóstico está além da ATTAC, como o mostra S. Rullière após um questionário distribuído em Florença¹⁸ em novembro de 2002: “Frequentemente políglotas, engajados em múltiplas estruturas militantes ou associativas, geralmente portadores de uma bagagem intelectual ‘superior’ ou com experiências múltiplas [...]”. (WINTREBERT, 2007, p. 105)

Esses dados poderiam ainda dizer respeito a uma realidade particular, a saber, a francesa ou europeia. No entanto, enquetes realizadas nos encontros altermundialistas mais expressivos em outros continentes apontam para a forte presença de um grupo tradicionalmente associado às classes médias. Ao menos nos primeiros dez anos de Fórum Social Mundial a presença de jovens universitários e profissionais de ONGs se destacou. Dados apresentados pelo IBASE (2006, p. 1) sobre a 6ª edição do fórum indicam que na Venezuela 79% dos participantes estavam cursando ou haviam concluído a universidade. No mesmo ano na Índia esse número era de 72%, sendo que ¼ dos participantes na África tinha mestrado e doutorado¹⁹. Os dados da 3ª edição seguem a mesma tendência. Segundo Boaventura de Souza Santos (2005, p. 67), o nível de estudo dos participantes é alto – 73% deles possuem grau superior, completo ou incompleto; 9% tem mestrado ou doutorado, porcentagem que aumenta para 17% no caso dos delegados e 30% entre os delegados brasileiros. Sobre o perfil ocupacional dos altermundialistas, em 2003, na terceira edição do Fórum, 43% trabalhavam para instituições ou ONGs, 36% eram funcionários públicos, apenas 4% provinham da indústria, 3% da agricultura e 12% do comércio. O setor de serviços se sobressaiu, representando 79% das ocupações dos participantes.

A composição do FSM impressionava pela homogeneidade social, assim também as suas edições regionais. No segundo Fórum Social Europeu realizado na

¹⁸ Em Florença na Itália foi realizado o primeiro Fórum Social Europeu, em 2002.

¹⁹ O Fórum Social Mundial de 2006 foi descentralizado, ocorrendo na Ásia, África e América Latina.



França, em 2003, 69,2% possuíam diploma de ensino superior, a título de comparação, entre os franceses de 30 anos (média de idade dos militantes do encontro) esse número não ultrapassava 30%. Quanto à situação profissional: 46,1% eram funcionários públicos; 21,6% do setor privado; 6,2% independentes e profissionais liberais; 20% do setor associativo. Na época o emprego público representava 10% da população francesa. As entrevistas indicam ainda que aproximadamente 42% exercem funções quadros²⁰ ou experts e intelectuais; 0,4% agricultores e artesãos; 1,5% comerciantes e chefes de empresa; 8,4% de empregados; 2,2% de operários. Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (INSEE), as últimas duas categorias representavam 56,5% da população ativa francesa em 2002 (GOBILLE; UYSAL, 2005).

6. Bem comum, serviço público e Estado

Com efeito, as organizações e os indivíduos associados à ATTAC estão todos comprometidos com a proposta de tributação das transações financeiras. Mas, não apenas. Nos seus textos, a adoção da taxa Tobin aparece articulada ao controle público do mercado financeiro, à reforma do FMI e do Banco Mundial e, ao fim da “lógica do mercado” sobre os bens que consideram de domínio público (como água, informação, educação e saúde). Demandas como a anulação da dívida dos países pobres, o fim dos fundo de pensão privado, a proibição de organismos geneticamente modificado e a uma legislação do trabalho em âmbito regional aparecem dentro de uma concepção de retomada do Estado social. Vejamos:

A mundialização do capital financeiro coloca os povos em estado de insegurança generalizada. Ela ignora e rebaixa as nações e seus Estados, *enquanto lugares pertinentes de exercício da democracia e garantia do bem comum* [...]. A mundialização financeira tem, aliás, criado seu próprio Estado. Um Estado supranacional, dispendo de seus aparelhos, de suas redes de influência e de seus meios de ação próprios. Trata-se do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial [...]. Este Estado mundial é um poder sem sociedade, papel exercido pelos mercados financeiros e pelas grandes empresas [...], *como consequência, as sociedades realmente existentes, são sociedades sem poder* (RAMONET, 1997, p. 1, destaques meus).

²⁰ Do francês *cadres*, refere-se em geral às camadas médias e altas dos assalariados que exercem funções de controle e inculcamento.



Segundo tal análise, o Estado perdera a autonomia e as nações a sua soberania para os grandes grupos financeiros: “as instituições democráticas e os Estados soberanos encarregados do interesse geral” foram, com o neoliberalismo, substituídos por uma “lógica estritamente especulativa” (ATTAC, 2002); é urgente criar instrumentos de regulação e controle, no plano nacional, europeu e internacional” (ATTAC, 1998). Esses novos instrumentos de regulação têm, segundo a plataforma da associação, o objetivo último de: “reconquistar os espaços perdidos pela democracia em proveito da esfera financeira”; trata-se, ainda nas palavras da ATTAC (1998): “de nos apropriarmos juntos novamente do futuro do nosso mundo!”.

A ideia da retomada de um Estado social soberano, garantidor do bem comum e representante do interesse geral divide espaço no conselho científico com a perspectiva do desenvolvimento de instituições e mecanismos internacionais que permitam o avanço do direito em escala regional e global:

A mundialização do direito e seu aprofundamento são, para o movimento *altermundialista*, objetivos estratégicos; o direito internacional é deste ponto de vista um campo de afrontamento central na luta contra a mundialização neoliberal e a definição de um outro mundo (MASSIAH, 2012, p. 51).

Essa mudança pressupõe, novamente segundo a ATTAC, a substituição da razão de mercado pela gestão pública. Nesse sentido, lemos:

A fiscalização internacional, por ela mesma, não é suficiente para resolver todos os problemas, mas ela se inscreve numa reorientação dos fundamentos do sistema internacional: financiamento dos bens públicos mundiais, salvaguarda e desenvolvimento dos bens comuns, luta contra o “*dumping* social” e o “*dumping* fiscal”, uma redistribuição fundada sobre os direitos e não sobre a caridade dos “ricos aos pobres”, financiamento público das autoridades instituições internacionais (MASSIAH, 2012, p. 53.)

A ajuda pública ao desenvolvimento é uma das únicas formas atuais de financiamento escapando à lógica do mercado: ela deve crescer, apesar dos limites. Mas o objetivo deve ser de desenvolver a taxação do capital destinado a alimentar esses financiamentos públicos. (ATTAC, 2002, p. 50)

Sophie Heine (2008) analisou os documentos oficiais sobre a União Europeia lançados pela ATTAC/França e ATTAC/Alemanha. Cotejando os textos em francês e alemão ela observou certas convergências, como uma abordagem macroeconômica keynesiana expressa: nas duras críticas à política monetarista da UE; na denúncia do empenho do Banco Central Europeu em aumentar as das taxas



de lucro em detrimento dos investimentos; na defesa da ampliação e garantia dos serviços públicos gratuitos ou baratos; entre outros. Nesse sentido,

Os altermundialistas franceses e alemães criticam igualmente as regras orçamentárias europeias que impõem aos Estados membros limites de 3% em déficits orçamentários e a dívida em 60% do PIB. Segundo eles, isso força os Estados a diminuírem as despesas públicas, enquanto que num contexto de baixo crescimento e desemprego em massa estas deveriam ser incentivadas [...]. Em contrapartida, propõem uma margem maior de manobra aos Estados membros [...]. De novo, eles convergem com Keynes, que estimava que uma política de investimentos públicos financiada pelo empréstimo público deveria permitir o relance da economia numa ótica “contracíclica” (HEINE, 2008, p 609).

A “retomada” de um Estado social soberano em larga medida agente do desenvolvimento econômico não pressupõe a defesa da igualdade perfeita ou a extinção da lógica privada *tout court*. Como bem identificou Heine (2008, p.610):

Eles querem, no entanto, deixar o mercado subsistir e demandam somente que setores de interesses gerais sejam excluídos. Keynes também propunha restrições à concorrência e a socialização parcial da economia, colocando-se, contudo, em guarda contra todo excesso de dirigismo (...)

Mas, como delimitar os setores de interesse geral? O debate em torno dos comuns mobilizou os intelectuais da ATTAC e se tornou, a nosso ver, um ponto nodal do seu programa político. De acordo com François Lille (2004), bem comum é aquilo que deveria pertencer a todos, incluindo as gerações futuras; bem público é aquilo a que todos deveriam ter direito; e serviço público refere-se ao modo de gestão desses bens. A delimitação, contudo, não é a-histórica; cada sociedade, civilização e grupo social estabelece o que lhe é caro (LILLE, 2004). Na ATTAC, apesar de algumas clivagens, setores como a educação, a saúde, a cultura e a comunicação são consensualmente considerados bens públicos. Circunscrever o que é público e comum não é um simples exercício intelectual de classificação, mas demarca para os atacantes o que deve ser “estatizado” ou “socializado”. E é neste trabalho de separação do joio do trigo, que podemos redimensionar o grande lema da associação: “O mundo não é uma mercadoria!” Com efeito, nos parece que a grande mobilização não ocorre contra a lógica de mercado como um todo, mas,



sobretudo, contra a sua extensão a domínios antes preservados pelo Estado de bem-estar social²¹.

De modo que esse debate em torno do público e comum é aqui marcado por uma experiência social e historicamente determinada. Como atesta Brillet (2004), a noção francesa de serviço público integra ao mesmo tempo elementos sociais, políticos, econômicos e jurídicos. Ela indica não apenas um extenso leque de serviços oferecidos gratuitamente, mas uma forma específica de geri-los. Outra particularidade dessa tradição é a identificação entre interesse público e poder público, conferindo exclusividade na produção e fornecimento de alguns setores ao Estado. Essa concepção incorpora outras três noções, a saber, as de Estado-empresendedor, Estado-regulador e monopólio estatal – aspectos que, segundo o autor supracitado, se distancia da concepção inglesa de um Estado “simples prestador de serviços (entre outros)”.

Como afirmam Agrikoliansky e Fillieule (2005), o altermundialismo é fundado sobre vários mitos que não resistem à observação empírica. Destacamos por ora aquele que nos interessa no momento, isto é, a ideia de que o movimento expressa a formação de uma “sociedade civil transnacional”. De acordo com os pesquisadores, as enquetes realizadas nas manifestações e fóruns sociais europeus colocam em perspectiva essa tese. Para os autores, os protestos e encontros dos alters na Europa tenderam a obedecer a lógica nacional. Os comitês organizadores

²¹ Nesse sentido, a crise de 2008 trouxe mudanças bem expressas no editorial do seu jornal *Lignes d'Attac*: “relançar ou bifurcar?” Ocorreu que no final de 2008, o chefe de Estado francês e, então, presidente da União Europeia, Nicolas Sarkozy, fez um discurso público convocando todos à refundação do capitalismo, no qual ele insistia na necessidade de regular e vigiar as instituições financeiras. Este discurso aliado à estatização de alguns dos bancos europeus tocou num ponto chave da crítica *altermundialista*. Afinal, regulação, vigilância e transparência do sistema financeiro sempre foram algumas das demandas da ATTAC. A crise sem dúvida fortaleceu o argumento do movimento, mas colocou em questão a sua continuidade, posto que até Sarkozy, alvo constante de sua crítica, apareceu em público defendendo a regulação. Uma das questões que a então presidente da associação, Aurélie Trouvé, teve que responder foi: “Quando Sarkozy e Merkel clamaram por uma taxa sobre as transações financeiras, vocês ficaram felizes?” (Entrevista realizada por LOSSON, 2010). Em resposta, Trouvé afirma: “Eles estão numa lógica eleitoral e vamos esperar para ver se essas declarações serão seguidas de fato”. Mas, Losson (2010) insiste: “Como tornar claro a diferença entre os discursos? E aqui Trouvé é explícita: “Promovendo ideias radicais de ruptura com o sistema, que provoquem fissuras nos blocos ideológicos. O G20 fala em refundar o sistema, mas (...). Ele anuncia o excesso da desregulamentação financeira de um lado, e, de outro, milita no quadro da OMC, por uma liberalização da agricultura, dos mercados de serviços (...)”.



eram essencialmente compostos por grupos fortemente ancorados no espaço político do país sede. Assim,

Da mesma maneira (...) o segundo Fórum Social Europeu (FSE), realizado em Paris-Saint-Denis, em novembro de 2003, foi no geral organizado pelos movimentos de militantes franceses. As dificuldades que marcaram o curso do terceiro FSE em Londres refletem bem a estrutura do campo altermundialista britânico dominado pelo *Socialist Worker Party* (SWP) [...]. Os movimentos altermundialistas europeus, norte ou sul-americanos se parecem muito pouco, tanto do ponto de vista dos grupos mobilizados, do repertório de ação utilizada, como das referências ideológicas solicitadas. Para além das assembleias internacionais de preparação dos eventos contestatórios, ocasiões raras, não existem estruturas permanentes de coordenação dos movimentos (AGRILOLIANSKY; FILLIEULE; MAYER; 2005, p. 83)

Como os encontros regionais, os Fóruns Mundiais ainda não apresentaram essa constituição global de caráter transnacional. A primeira edição do FSM contou com quinze mil participantes, entre os quais cinco mil delegados. Se a maioria proveio da América Latina, o número de europeus, particularmente franceses, impressiono – quinhentos representantes somente de organizações francesas. A despeito da presença significativa de estrangeiros, bem poucos eram os africanos e asiáticos. Como afirmou Pleyers (2008): “Globalmente, este evento foi essencialmente franco-brasileiro”. Essa tendência se repetiu até pelo menos as edições realizadas na África e na Ásia. Em 2011, o FSM ocorreu em Dacar, no Senegal, e mesmo um entusiasta da “cidadania planetária”, como Cândido Grzybowski, reconheceu ao analisar esta experiência que: “falta muito mundo para o fórum ser realmente mundial” (2011).

A transnacionalidade do altermundialismo aparece na bibliografia em parte associada às características particulares de seus ativistas. Como bem indicou Agrikoliansky e Sommier (2005), essa militância é marcada por uma forte “socialização internacional” – políglotas, viajados, com incursões profissionais e/ou formativa no exterior. Por outro lado, essa socialização não constituiu um grupo descolado dos espaços nacionais e ausente das formas de participação política de seu país; ao contrário, o militante altermundialista, como mostra as pesquisas coordenadas por Agrikoliansky e Sommier (2005), ocupa, em sua maioria, cargos públicos, estando geralmente inserido nas funções de Estado, nas organizações



políticas clássicas de seu país e atentos às questões inscritas na agenda nacional (AGRIKOLIANSKY e SOMMIER, 2005).

[...] contrariamente à idéia, implícita na noção de sociedade civil transnacional, de uma clivagem entre preocupações internacionais e preocupações nacionais. Podemos já declarar sucintamente que a ameaça aos serviços públicos, questão quase exclusivamente nacional, mobiliza tanto quanto as desigualdades Norte/Sul [...] (AGRIKOLIANSKY e SOMMIER, 2005, p. 117)

Algo similar ocorre com a ATTAC. Nas críticas endereçadas à União Europeia, por exemplo, o espaço político nacional ganha importância. Vejamos,

Para inúmeros ensaístas, a nação seria apenas uma estrutura obsoleta cuja superação deveria ser acelerada. Mas, ao contrário, é o nacionalismo, por vezes batizado de populismo, que está ameaçado. Mas uma superação em nome do que? As respostas se resumem em geral em apologia da mundialização ou de sua variante, uma Europa sem povo, mas com um verdadeiro governo; aquele do Banco Central. A nação permanece uma idéia nova: um espaço de democracia, de solidariedade e de resistência à lei dos mercados ao mesmo tempo que uma plataforma para uma verdadeira cooperação internacional (CASSEN, 1998, p. 1)

7. Considerações finais

É importante confrontar as teses mais genéricas e imprecisas que emergiram com a confluência altermundialista com estudos sistemáticos que foram sendo realizados posteriormente. Merecem atenção especial aquelas características que foram estendidas inadvertidamente a todo campo da ação coletiva, omitindo ou reduzindo a importância da configuração nacional, as disparidades entre Norte e Sul e as relações de classe em presença. Esse processo permite, insistimos, redimensionar características superdimensionadas, tais como a horizontalidade e a heterogeneidade indiscriminadas, bem como a transnacionalidade já mencionada.

As inúmeras enquetes realizadas com os ativistas esboçam um perfil recorrente: professores, pesquisadores, estudantes, profissionais da saúde, das artes e da comunicação, majoritariamente provenientes da esfera pública e com alto grau de escolaridade; em geral, políglotas, familiarizados a diversos recursos tecnológicos, conhecedores de outros países e culturas; ou seja, donos de um repertório político particular.



Nessa constatação não cabem simplismos. A confluência altermundialista não é um bloco homogêneo. Ela conta, sim, com diferentes organizações e o reconhecimento da participação destacada de um grupo social não exclui a presença de outros, mas é, sem dúvida, elemento importante da análise.

Como podemos observar, nem todas as classes, nem todos os países e nem todas as organizações tiveram o mesmo grau de envolvimento no altermundialismo.

A apreciação detalhada da ATTAC, uma das organizações mais implicadas na construção da confluência altermundialista, reclama prudência diante de algumas conclusões sociológicas e políticas retiradas dessa experiência, como, por exemplo, a substituição das chamadas organizações tradicionais, como sindicatos e partidos por novas formas organizativas; ou ainda, o fim das associações e demandas moldadas em torno do trabalho. Ainda sobre a ATTAC, nada indica que ela seja um caso isolado, bem ao contrário. Foi nesse sentido que cotejamos os dados da associação com aqueles referentes aos Fóruns mundiais e regionais, sem, no entanto, se propor aqui à comparação exaustiva.

8. Referências

AGRIKOLIANSKY, Eric; CARDON, Dominique. Un programme en débat : forum, formes et formats. In : AGRIKOLIANSKY, Eric; SOMMIER, Isabelle. *Radiographie du mouvement altermondialiste*. Paris: La dispute, 2005, p. 45-74.

AGRIKOLIANSKY, Eric; FILIEULE, Olivier; MAYER, Nona. *L'altermondialisme en France*, Flammarion, 2005.

AGUITON, Christophe. *O mundo nos pertence*. São Paulo: Viramundo, 2002.

ARIAS, Santiane. "O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC". Tese de doutorado em Ciência Política, UNICAMP, 2011.

ATTAC. *ATTAC au Zénith: manifeste*. Paris: Mille et une nuits, 2002.

ATTAC. *Avenue du plein emploi*. Paris: Mille et une nuits, 2000.

ATTAC. *Contre la dictature des marches*. Paris: La Dispute, 1999.

ATTAC. Édito : *Le capitalisme caméléon*. *Lignes d'attac*, n.71, novembre 2008.

ATTAC. Édito: Relancer ou bifurquer? *Lignes d'attac*, n.72, décembre 2008.



ATTAC. *Le G8 illégitime*. Paris: Mille et une nuits, 2003.

ATTAC. *Le temps est venu: Sortons de l'économie casino!* In *Lignes d'attac*, n.72, décembre 2008.

ATTAC. *Les paradis fiscaux ou la finance sans lois*. Paris: Mille et une nuits, 2000.

ATTAC. *Manifeste altermondialiste*. Paris : Éditions mille et une nuits, 2007.

ATTAC. *Pauvreté et inégalités: ces créatures du néolibéralisme*. Paris: Mille et une nuits, 2006.

ATTAC. *Plateforme*, 1998. Disponível em <https://france.attac.org/archives/spip.php?article7>> Acessado em 01/03/2010.

ATTAC. *Status de l'association*, 1998. Disponível em <https://france.attac.org/archives/spip.php?article10155>> Acessado em 01/03/2010.

ATTAC. *Tout sur ATTAC*. Paris : Éditions mille et une nuits, 2002.

BRILLET, E. Le service public "à la française": un mythe national au prisme de l'Europe, *L'Économie Politique*, n°24, p. 20-42, 4/2004.

CÂNDIDO, Grzybowski. *Um balanço do Fórum Social Mundial 2011*, 2011. Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/internacional/um-balanco-do-forum-social-mundial-2011>> Acessado em 05 de março de 2018.

CASSEN, Bernard. ATTAC contra el tratado. *New Left Review*, n.33, 2005, pp.151-156.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: *Direita, volver!* O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Velasco e Cruz, Sebastião; Kaysel, André; Cudas, Gustavo (Orgs.). São Paulo: Editora Fundação, Perseu Abramo, 2015, p. 177-196.

CHAUVEL, Louis. *Le destin des générations: structure sociale et cohortes en France au XXe siècle*. Paris: Presses universitaires de France, 2002.

CHESNAIS, François. Tobin or not tobin? Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos. São Paulo: UNESP, ATTAC, 1999.

CRUZEL, Elise. "Passer à l'attac": éléments pour l'analyse d'un engagement altermondialiste. In *Politix*, vol17, n°68, p.135-163, 2004.

DENIS, Jean-Michel. Décloisonnement revendicatif et constitution d'un front antilibéral: L'Union Syndicale Groupe des Dix Solidaires et ATTAC, 2003. Disponível em <https://local.attac.org/35/attac-35/statuts-origines-membres-fondateurs/Decloisonnement-revendicatif-et>>. Acessado em 01/02/2018.

ESTANQUE, Elísio. *Classe média e lutas sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.



FILLIEULE, Olivier ; BLANCHARD, Philippe. Carrières militantes et engagements. In: AGRIKOLIANSKY, Eric; SOMMIER, Isabelle. *Radiographie du mouvement altermondialiste*. Paris: La dispute, 2005, pp.157-186.

FILLIEULE, Olivier; BLANCHARD, Philippe; AGRIKOLIANSKY, Eric; BLANDER; Marko; PASSY, Florence; SOMMIER, Isabelle. L'altermondialisation en réseaux. Trajectoires militantes, multipositionnalité et formes de l'engagement: les participants du contre-sommet du G8 d'Evian. *Politix*, vol. 17, n. 68, pp.13-48, Quatrième trimestre 2004.

GOBILLE, Boris; UYSAL, Aysen. Cosmopolites et enracinés. In: AGRIKOLIANSKY, Eric; SOMMIER, Isabelle. *Radiographie du mouvement altermondialiste*. Paris: La dispute, p. 105–126, 2005.

HEINE, Sophie. Les résistances altermondialistes à l'Union européenne: Analyse comparative des idéologies d'Attac-France et d'Attac-Allemagne. *Revue internationale de politique comparée*, vol. 15, pp. 605-617, 4/2008.

IBASE. *Fórum Social Mundial*, 2006. Disponível em <<http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=1070>> Acessado em 15/07/2007.

José C; CEVASCO, Maria Elisa (orgs). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KLEIN, Naomi. Acreditando no fim do fim da história. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE,

LILLE, François. *Biens publics mondiaux et services publics mondiaux*, 2004. Disponível em <<https://survie.org/themes/economie/biens-publics-a-l-echelle-mondiale/article/biens-publics-mondiaux-et-services>> Acessado em 01/02/2007.

LOSSON, Cristhian. L'altermondialisme doit promouvoir des idées radicales. Interview. *Liberation*, 20/08/2010.

MASSIAH, Gustavo. *Una estrategia altermondialista: nuevas propuestas para enfrentar y superar la crisis capitalista*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2012.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? In: *Lua Nova*, n.17, São Paulo, 1989, p.49-66.

OFFE, Claus. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. In *Social Research*, vol.52, n.4, 1985, pp.817-868.

PLEYERS, Geoffrey. *Les défis du Forum Social Mondial 2009*. Disponível em <<http://www.laviedesidees.fr/Les-defis-du-Forum-Social-Mondial.html>> Acessado em 10 de março de 2017.

RAMONET, Ignacio. Désarmer les marches. *Le monde diplomatique*, 01/12/1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São



Paulo: Cortez, 2005.

TOURAINÉ, Alain. “Os novos conflitos sociais – para evitar mal-entendidos”. In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n.17, 1989, p.5-18.

WINTREBERT, Raphaël. *Attac, la politique autrement? Enquête sur l’histoire et la crise d’une organisation militante*. Paris: Découverte, 2007.

Recebido em 02/03/2018.

Aprovado em 21/05/2018.